

# Número de campanha divide partidos da base

PSDB quer o dele, 45; PFL sugere um neutro; PMDB propõe que todos sejam representados

Lydia Medeiros e Denise Rothenburg

● BRASÍLIA. O PSDB está pressionando o presidente Fernando Henrique Cardoso a usar o número do partido, o 45, na campanha eleitoral do ano que vem. Os tucanos querem que o presidente convença o PFL a abandonar a idéia de propor um novo número para identificar a coligação eleitoral que o apoiará em 1998. A proposta do PFL, apresentada pelo deputado Saulo Queiroz (PFL-MS) à comissão que discute a lei eleitoral, proíbe o presidente de apresentar-se na televisão com o número 45, adotando um outro que represente todos os partidos aliados.

Os tucanos não admitem essa hipótese e classificam como traição o projeto apresentado pelo PFL. O relator da lei eleitoral, deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), acirrou os ânimos ontem ao anunciar que vai incluir a mudança no relatório, sob o argumento de que o número do presidente poderia beneficiar apenas um dos partidos da aliança.

## Discussão sobre número é o maior obstáculo à aprovação da lei

Fernando Henrique deverá conversar com os líderes dos partidos aliados na próxima semana para buscar uma solução para o caso, que se transformou no maior obstáculo à aprovação da lei eleitoral. O líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), disse que o presidente é do PSDB e que não vai abrir mão da iden-

tidade partidária em nome da aliança.

— O presidente vai ficar constrangido com o partido dele, porque pode ter que tomar uma atitude mais tarde. Gostaria que os aliados poupassem o presidente de mais um constrangimento, de mais uma das crises artificiais que essa Casa gera. O PSDB não vai abrir mão de seu candidato e tampouco ele de seu partido. Essa aliança é muito importante para o país, mas não poderá ser feita em detrimento do PSDB. — disse Aécio Neves.

Apesar do apoio do PFL, do PTB, do PMDB e do PPB à adoção de um novo número para a coligação partidária, com votos de sobra para aprovar a proposta, o PSDB não acredita em derrota. Para Aécio, vai prevalecer o bom senso e o presidente conversará com os líderes nesse sentido.

## Moreira sugere que todos os números da aliança sejam usados

Mas os aliados também prometem jogar duro e não permitir que o número do PSDB apareça sozinho junto com o presidente, puxando votos para governadores e deputados do partido. O deputado Morera Franco (PMDB-RJ) chegou a sugerir uma fórmula opcional, em que Fernando Henrique ficasse obrigado a carregar consigo os números de todos os partidos da coligação — PSDB, PFL, PTB e provavelmente o PMDB, como quer o presidente.

— Política é interesse e cada um de-

fende o seu — resumiu o deputado Benito Gama (PFL-BA).

Em meio à confusão provocada por essa e outras divergências do PSDB, PFL e PMDB em torno da lei eleitoral, os peemedebistas e os partidos de oposição apresentaram ontem um requerimento, assinado por 278 deputados, de urgência urgentíssima para levar o projeto diretamente ao plenário. O requerimento será votado na semana que vem e, com isso, dissolve-se a comissão especial que estava discutindo o assunto.

Os líderes devem se reunir na terça-feira para chegar a uma convergência mínima que permita a votação da lei.

## Critério de distribuição do tempo na televisão vai beneficiar o PMDB

Apolinário está incluindo mudanças de última hora no relatório. Ele vai beneficiar seu partido, o PMDB, mudando o critério de distribuição do tempo a que cada legenda terá direito no horário gratuito de propaganda eleitoral na televisão. O relatório prevê que um terço do tempo seja dividido igualmente entre todos os partidos e o restante de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara.

Inicialmente, o cálculo seria feito pela média aritmética do número dos deputados na data da posse, em 95; e em 3 de outubro, um ano antes da eleição. Como o PFL foi o partido que mais cresceu — de 89 para 109 deputados — briga para que a conta seja feita com base nos nú-

meros de outubro. Já o PMDB, que min- guou, quer sua parte calculada pelos números de 95. Apolinário optou pelo PMDB.

— O PFL radicalizou ao não aceitar a média. Então preciso dar instrumentos aos outros partidos — justificou.

Apolinário também já decidiu fazer outras alterações no relatório. Vai adotar a idéia do deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS) para o ressarcimento ao Tesouro dos gastos feitos com o avião presidencial e com carros oficiais. O comitê eleitoral de Fernando Henrique terá que pagar por cada viagem do presidente o preço do aluguel de um jatinho equivalente ao trecho percorrido.

No caso dos carros oficiais, o uso será vetado aos governadores e permitido apenas ao presidente, que reembolsará o Tesouro pagando o preço de mercado cobrado pelo aluguel de carros.

## Proibição de participar de inaugurações será mantida

Outro ponto que é tema de briga na lei eleitoral, a proibição de que os candidatos à reeleição participem de inaugurações de obras, será mantido no relatório, apesar da pressão do PFL e do PSDB. Apolinário disse que sua proposta foi debatida com a oposição e prevê até a perda pelo infrator do registro.

— Querem que eu faça uma lei com o cartão de identificação do contribuinte e o registro geral de Fernando Henrique e não vou fazer isso — afirmou. ■